

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RESOLUÇÃO CONSU Nº 02, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Departamento de Educação Física.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Viçosa, órgão superior de administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que consta no Processo nº 23114.905511/2020-90 e o que foi deliberado em sua 453ª reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Departamento de Educação Física (DES), do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, nos termos desta Resolução.

Art. 2º O DES é responsável pelo planejamento, distribuição e execução das tarefas que lhe são peculiares em todos os níveis e para todos os fins de ensino, pesquisa e extensão, na forma do estatuto e do regimento geral da Universidade Federal de Viçosa (UFV) vigentes.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGÂNICA

Art. 3º O DES compreende:

I - Colegiado

II - Chefia

III - Expediente

IV - Comissões

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Colegiado

Art. 4º O colegiado do DES é constituído por, e tem direito de voto: chefe do DES, como seu presidente; todos os professores do quadro permanente lotados no DES, em exercício pleno de suas funções; dois representantes do corpo discente, ou seus suplentes, eleitos entre seus pares, sendo um da graduação e outro de pós-graduação, com mandato de um ano, permitida uma reeleição; e um representante dos servidores técnico-administrativos, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição.

Parágrafo único. Os docentes visitantes, voluntários e contratados em regime temporário serão convidados para as reuniões do Colegiado, sem direito a voto. Na ausência do(a) Chefe do DES, a presidência do Colegiado caberá ao seu substituto legal designado ou, na falta ou impedimento desse, ao docente mais antigo no exercício do Magistério Superior na UFV ou, em igualdade de condições, pelo mais idoso.

Art. 5º O Colegiado reunir-se-á mediante convocação do(a) Presidente ou, extraordinariamente, a pedido de, pelo menos, dois terços (2/3) de seus membros com direito a voto.

Art. 6º O Colegiado só poderá deliberar com a presença do número inteiro imediatamente superior à metade do total dos constituintes com direito a voto, qualificados conforme artigo 4º.

Art. 7º As reuniões do Colegiado serão convocadas, pelo(a) presidente, especificando-se a pauta a ser tratada com antecedência mínima de dois dias úteis.

Parágrafo único. Em casos reconhecidamente urgentes e excepcionais, a convocação poderá ser feita com um dia útil de antecedência.

Art. 8º O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório para todos os membros com direito a voto.

§ 1º Sofrerá pena de advertência escrita pelo(a) Presidente do Colegiado o membro, nato ou representante, que deixar de comparecer à reunião sem apresentar justificativa com antecedência, aceita pela Chefia do DES.

§ 2º O membro nato que, sem causa justificada, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas do Colegiado incorre no descumprimento do inciso V do Art. 91 do Regimento Geral, sujeitando-se às penalidades na forma da legislação e do Regimento Geral.

§ 3º O membro nato que, sem causa justificada, faltar a 6 (seis) reuniões alternadas do Colegiado, durante o mandato do(a) Chefe, incorre no descumprimento do inciso V do Art. 91 do Regimento Geral, sujeitando-se às penalidades na forma da legislação e do Regimento Geral.

§ 4º O membro representante que, sem causa justificada, faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas do Colegiado, ou tiver sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade da vida universitária, perderá o mandato.

Art. 9º As decisões do Colegiado serão tomadas pelo número inteiro imediatamente superior à metade do total dos membros presentes com direito a voto.

§ 1º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma quando nenhuma das outras duas for requerida, nem estiver expressamente prevista.

§ 3º Nenhum membro do Colegiado poderá votar em assunto que, direta ou indiretamente, seja de seu interesse particular, de seu cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, em linha colateral e por afinidade, retirando-se temporariamente da reunião durante a discussão e votação do processo.

§ 4º Toda votação que envolva nome de pessoas ou interesse particular de algum membro do Colegiado deverá ser realizada pelo sistema de voto secreto.

Art. 10 O (a) Chefe do DES poderá deliberar *ad referendum* do Colegiado, sobre assuntos de reconhecida urgência.

Parágrafo único. A decisão *ad referendum* deverá ser submetida ao Colegiado, em sua primeira reunião após a data do despacho.

Art. 11 Ao colegiado compete:

I - Propor o Regimento do DES ou sua alteração, por maioria de dois terços (2/3) de seus membros com direito a voto, para apreciação do Conselho Departamental do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) e deliberação do Conselho Universitário (CONSU).

II - Organizar a lista tríplice visando à designação do(a) Chefe do DES pelo(a) Reitor(a), mediante indicação do(a) Diretor(a) do CCB.

III - Organizar a lista sêxtupla, com vistas à composição de Comissão Coordenadora de Curso de Graduação pelo(a) Diretor(a) do CCB, mediante indicação do(a) Chefe.

IV - Propor nomes de representantes do DES para compor Comissões, Câmaras e Conselhos.

V - Autorizar a atuação de docentes na pós-graduação.

VI - Definir o orçamento do DES, a ser submetido ao Conselho Departamental, para integrar a proposta orçamentária do CCB, com vistas ao seu encaminhamento à Reitoria, para elaboração do orçamento da Universidade.

VII - Definir prioridades de áreas para abertura de concurso público de docentes.

VIII - Aprovar os procedimentos complementares dos concursos públicos de docentes.

XIX - Deliberar sobre os processos de contratação de docentes e de servidores técnico-administrativos.

X - Deliberar sobre pedidos de remoção ou transferência de docentes e pessoal técnico administrativo.

XI - Deliberar sobre a criação, modificação e, ou, extinção de disciplinas.

XII - Atribuir encargos didáticos ao pessoal docente, bem como supervisionar o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

XIII - Apreciar o plano anual de atividades acadêmicas do DES, para avaliação do Conselho Departamental.

XIV - Deliberar sobre projetos de ensino, pesquisa e extensão.

XV - Deliberar sobre propostas de consultorias e prestação de serviços dos docentes.

XVI - Deliberar sobre plano de capacitação docente e técnico-administrativo, observando diretrizes do DES.

XVII - Deliberar sobre o plano de gestão do DES.

XVIII - Deliberar sobre assinaturas de convênios, contratos, acordos e protocolo de intenção, submetendo-os ao Conselho Departamental.

XIX - Deliberar sobre as atividades da Empresa Júnior, dos Grupos de Pesquisa e de Estudo, conforme normas específicas vigentes no DES e na

UFV.

XX - Deliberar sobre as viagens técnicas de curta duração – até 15 (quinze) dias – de docentes, bem como os respectivos relatórios.

XXI - Definir a comissão de avaliação e orientador de estágio probatório de docente, composta por docentes de classe igual ou superior ao do avaliado, presidida por um dos membros do Colegiado.

XXII - Definir a comissão de avaliação e orientador de estágio probatório de técnico administrativo, composta por técnicos de classe igual ou superior ao do avaliado e, pelo menos, um docente, presidida por um dos membros do Colegiado.

XXIII - Deliberar sobre a avaliação do estágio probatório dos servidores.

XXIV - Deliberar sobre a avaliação de promoção e progressão de docentes.

XXV - Propor, à Diretoria do CCB, por maioria de dois terços (2/3) de seus membros com direito a voto, a destituição do(a) Chefe do DES, quando for o caso.

XXVI - Deliberar sobre outras matérias de interesse do DES.

Art. 12 As decisões do Colegiado poderão revestir-se da forma de Resoluções a serem baixadas pelo(a) Presidente.

Parágrafo único. A secretaria do DES deverá manter um arquivo, com acesso público, com todas as Resoluções vigentes no DES.

Art. 13 O (a) Presidente do Colegiado poderá vetar deliberações do Colegiado até 7 (sete) dias após a reunião em que foram tomadas.

§ 1º Vetada uma deliberação, o(a) Presidente convocará o Colegiado, em reunião que se realizará dentro de 15 (quinze) dias após o veto, para tomar conhecimento das razões da ocorrência.

§ 2º A rejeição do veto pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Colegiado implicará em aprovação definitiva.

Seção II – Chefia

Art. 14 O (a) Chefe do DES será designado pelo (a) Reitor (a), mediante indicação do (a) Diretor (a) do CCB, escolhido por meio de uma lista tríplice organizada pelo Colegiado do DES, após consulta à comunidade do DES.

Art. 15 O mandato do(a) Chefe do DES coincidirá com o do(a) Reitor(a) que o houver designado, permitida a recondução.

Art. 16 São atribuições do(a) Chefe do DES:

I - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado, bem como os atos e decisões de órgãos e autoridades aos quais esteja subordinado.

II - Deliberar, *ad referendum* do Colegiado, em decisões de reconhecida urgência.

III - Manter contato com entidades públicas e privadas para estabelecimento de acordos, contratos e convênios que beneficiem o DES.

IV - Coordenar, fiscalizar e superintender as atividades e as instalações e materiais do DES.

V - Designar e exonerar, por meio de ato, presidentes e membros das Comissões do DES.

VI - Designar e exonerar, por meio de ato, os representantes dos discentes e dos técnico-administrativos no Colegiado.

VII - Indicar substituto(a) à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, com autorização do(a) Diretor(a) do CCB, em caso de afastamento.

VIII - Encaminhar representações e recursos de docentes, discentes e técnico-administrativos aos órgãos competentes da UFMG.

IX - Representar o DES.

X - Preparar relatório anual das atividades do DES.

XI - Apresentar ao Conselho Departamental, após aprovação pelo Colegiado do DES, o Plano Anual de Gestão, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, quando solicitado;

XII - Apresentar ao Colegiado e supervisionar o oferecimento semestral das disciplinas do DES, em consonância com as normas vigentes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho Universitário (CONSU) e da legislação federal.

XIII - Encaminhar ao Conselho Departamental, em tempo hábil, a proposta orçamentária, aprovada pelo Colegiado do DES, quando solicitado;

XIV - Zelar pela ordem e pelo patrimônio no âmbito do DES, adotando as medidas cabíveis ou representando à Diretoria do CCB, para as providências;

XV - Atestar a frequência de docentes e servidores técnico-administrativos lotados no DES, comunicando-a ao órgão competente;

XVI - Designar e nomear servidor(a) técnico-administrativo, sob sua subordinação, para desempenhar o papel de Agente Patrimonial, durante seu mandato, permitida a recondução;

XVII - Dar conhecimento, até o mês de março, ao Colegiado do DES, da movimentação financeira do ano anterior dos fundos do DES;

XVIII - Estabelecer escalas de férias para o pessoal lotado no DES;

Seção III – Expediente

Art. 17 São atribuições da Chefia da Seção de Expediente Administrativo:

I - Coordenar e executar os trabalhos de rotina administrativa da unidade e executar atividades atribuídas pela(a) Chefia do DES.

II - Coordenar as atividades e distribuir tarefas a servidores(as) técnico-administrativos lotados no DES e servidores(a) terceirizados(a) que prestam serviço no DES.

III - Preparar convocações e secretariar as reuniões do Colegiado, bem como lavrar as atas e reunir a documentação referente aos assuntos de pauta.

IV - Preparar a documentação e secretariar as bancas de concursos, bem como as atas e a documentação pertinente.

V - Efetuar o controle de frequência e a escala de férias de servidores(as) técnico-administrativos.

VI - Coordenar os trabalhos de protocolo e distribuição de processos, correspondências e demais documentos.

VII - Coordenar as atividades de arquivamento de documentos da unidade.

VIII - Promover o cumprimento de disposições regulamentares, decisões e instruções superiores.

IX - Coordenar as atividades relacionadas à requisição de bens e serviços, controle patrimonial, recepção e atendimento ao público e agenda da Chefia.

Art. 18 À Secretaria Geral compete:

I - Atender o público em geral, receber e redirecionar correspondências.

II - Gerenciar a utilização das salas e instalações do DES, mediante autorização da Chefia.

III - Realizar solicitações de serviços de manutenção de infraestrutura, a pedido dos(as) professores(as) e servidores(as) técnico-administrativos.

IV - Realizar abertura e encaminhamento de processos.

V - Protocolar e expedir documentação do DES.

VI - Organizar os arquivos do DES.

VI - Efetuar e acompanhar pedidos de compras, mediante autorização da Chefia do DES.

VII - Realizar requisições de transporte, hospedagem e diárias para convidados e docentes do DES.

VIII - Redigir e divulgar editais.

XIX - Verificar funcionamento dos recursos de mídia disponíveis no DES e solicitar reparo.

X - Registrar atividades acadêmicas e administrativas dos docentes.

XI - Registrar atividades de bolsistas e monitores vinculados ao DES.

XII - Dar suporte de logística às outras secretarias do DES.

Art. 19 À Secretaria da Graduação compete:

I - Dar suporte às Coordenações dos cursos de Graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), na abertura e encaminhamento de processos acadêmicos e outras tarefas de rotina acadêmica, em nível de Graduação.

II - Preparar convocações, secretariar as reuniões das Comissões Coordenadoras dos cursos de Graduação, bem como lavrar as atas e reunir a documentação referente aos assuntos de pauta.

III - Dar apoio aos orientadores acadêmicos na elaboração dos planos de estudos de estudantes de Graduação.

IV - Dar suporte à Comissão de Ensino na elaboração do horário de aula das disciplinas de Graduação.

V - Realizar requisições de transporte, hospedagem e diárias de interesse da coordenação de curso.

VI - Organizar os arquivos da Coordenação de curso.

VII - Redigir e divulgar editais.

Art. 20 À Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* compete:

I - Dar suporte à Coordenação do Programa na abertura e encaminhamento de processos acadêmicos e outras tarefas acadêmicas.

II - Preparar convocações, secretariar as reuniões da Comissão Coordenadora e do Colegiado do Programa, bem como lavrar as atas e reunir a documentação referente aos assuntos de pauta.

III - Efetuar solicitações e acompanhar processos de compras relacionadas ao Programa.

IV - Dar apoio logístico aos Exames de Qualificação e às defesas de Teses e Dissertações dos estudantes do Programa.

V - Dar suporte à Coordenação do Programa na elaboração de relatórios.

VI - Realizar requisições de transporte, hospedagem e diárias de interesse da coordenação de curso.

VII - Organizar os arquivos da Coordenação de curso.

VIII - Redigir e divulgar editais.

CAPÍTULO IV

DAS COMISSÕES

Seção I - Comissão de Ensino

Art. 21 São atribuições da Comissão de Ensino:

I - Propor diretrizes de ensino, visando coordenar e compatibilizar os programas analíticos das disciplinas.

- II - Analisar e emitir parecer sobre a criação e extinção de disciplinas.
- III - Analisar e emitir parecer sobre modificações dos programas analíticos das disciplinas.
- IV - Elaborar a planilha semestral de disciplinas oferecidas pelo DES, com os respectivos docentes, horários, números de vagas e turmas.
- V - Analisar e emitir parecer sobre a avaliação das disciplinas oferecidas pelo DES.
- VI - Realizar, juntamente com a coordenações de curso, estudo preliminar referente a demanda docente para atender as atividades de ensino;
- VII - Propor política de desenvolvimento do ensino de Graduação para o DES.
- VIII - Propor soluções para os problemas relacionados ao ensino de graduação.
- IX - Propor ações extracurriculares voltadas ao ensino, visando a aperfeiçoar a formação do corpo docente e discente.
- X - Analisar e emitir parecer sobre propostas e projetos para concorrer a recursos financeiros relacionados ao ensino.
- XI - Divulgar informações relativas ao ensino.
- XII - Avaliar, quando solicitado, os trabalhos relativos ao ensino submetidos a eventos acadêmicos e científicos.

Seção II – Comissão de Pesquisa

Art. 22 – São atribuições da Comissão de Pesquisa:

- I - Promover o desenvolvimento da pesquisa no DES.
- II - Analisar e emitir pareceres sobre convênios e intercâmbios para realização de pesquisas.
- III - Deliberar sobre o registro dos Projetos de Pesquisa do DES.
- IV - Propor, em conjunto com a coordenação de pós-graduação, a criação, alteração e extinção de linhas de pesquisas do DES.
- V - Prestar informações, quando solicitado, referentes às pesquisas registradas no DES.
- VI - Divulgar informações relativas à pesquisa.
- VII - Analisar e emitir pareceres sobre projetos para concorrer a recursos financeiros relacionados à pesquisa.
- VIII - Avaliar, quando solicitado, os trabalhos relativos à pesquisa submetidos a eventos acadêmicos e científicos.

Seção III - Comissão de Extensão

Art. 23 São atribuições da Comissão de Extensão:

- I - Promover o desenvolvimento da extensão e a divulgação das atividades do DES.
- II - Propor as diretrizes das atividades de extensão.
- III - Deliberar sobre o registro das atividades de extensão do DES.
- IV - Propor a celebração de convênios.
- V - Gerenciar e manter atualizados os meios, físicos e digitais, de divulgação das atividades de extensão do DES.
- VI - Analisar e emitir pareceres sobre as propostas de criação ou alteração de convênios de cooperação técnica e prestação de serviços relativos a atividades de extensão do DES.
- VII - Analisar e emitir pareceres sobre projetos para concorrer a recursos financeiros relacionados à extensão;
- VIII - Prestar informações, quando solicitado, referentes às atividades de extensão registradas no DES.
- IX - Divulgar informações relativas à extensão.
- X - Analisar e emitir parecer em programas e projetos de extensão, especialmente, mas não somente, aqueles para concorrer a recursos institucionais, via UFV, destinados à iniciação à extensão.
- XI - Avaliar, quando solicitado, os trabalhos relativos à extensão submetidos a eventos acadêmicos/científicos internos e externos à UFV.

Seção IV - Comissão de Espaço Físico

Art. 24 São atribuições da Comissão de Espaço Físico:

- I - Propor diretrizes e normas de acesso e de uso das instalações e espaço físico do DES.
- II - Analisar e emitir pareceres sobre as solicitações de uso das instalações e espaço físico do DES.
- III - Estudar a readequação de uso das instalações e espaço físico do DES.
- IV - Elaborar planos periódicos para manutenção, revitalização, ampliação e construção de instalações.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 Os casos omissos ou não totalmente contemplados neste Regimento, no Regimento Geral da UFV e no Estatuto da UFV serão avaliados e deliberados pelo Colegiado do DES.

Art. 26 Esta Resolução entra em vigor e produz seus efeitos a partir de 1º de março de 2021.

DEMETRIUS DAVID DA SILVA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **DEMETRIUS DAVID DA SILVA, Presidente do Conselho Universitário (CONSU)**, em 10/02/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0384133** e o código CRC **B8D530CD**.

